

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário Popular

Class.: 273

Data: 28.09.85

Pg.: _____

**Terena critica extensão
de INAMPS aos índios**

LONDRINA — O índio Marcos Terena, assessor do Ministério da Cultura, disse ontem, em Londrina, que a decisão do Governo em estender a assistência da Previdência Social aos índios "é uma medida demagógica na medida em que o INAMPS hoje não consegue atender condignamente os previdenciários da sociedade envolvente".

Para Terena, essa é uma forma de se tentar esvaziar a própria FUNAI que "passará a atender de maneira ainda mais insatisfatória os povos indígenas no setor da saúde". Para o assessor do Ministério da Cultura, "o Governo deveria, isso sim, dar condições e recursos para que a FUNAI possa, de maneira séria, realizar um programa de saúde permanente nas reservas".

DENÚNCIA

"O projeto de lei autorizando a exploração das reservas minerais na Reserva dos Índios Ianomani que se encontra no Congresso Nacional faz parte de uma estratégia dos grupos nacionais e internacionais que têm por objetivo o genocídio dos povos indígenas".

A denúncia foi feita ontem, em Londrina, pelo índio Marcos Terena do Ministério da Cultura, acrescentando que "essas empresas mineradoras interessadas nas riquezas minerais dos Ianomani contava com um processo

"lobby" no Congresso Nacional e mesmo em alguns setores do Executivo para defender seus interesses".

GREVE DE FOME

Depois de interromper a greve de fome que durou três dias para conversar com o representante da FUNAI, os índios Kaincangue e Guarani, que há 23 dias ocupam a delegacia regional da Fundação, desativada por ordem do presidente Alvaro Villas Boas, decidiram retornar à greve. Ontem à tarde houve uma manifestação no centro de Londrina, no Norte do Paraná, e o vice-presidente da União das Nações Indígenas, Marcos Terena esteve presente. Os índios não conseguiram confirmar a ida do cacique Mario Juruna.

A decisão de retornar à greve de fome surgiu depois que os índios conversaram com o coronel Luiz Augusto Guadalupe, representante da FUNAI. Ele informou aos kaingangue e guaranis que a Delegacia de Londrina será mesmo desativada com a imediata reativação da Delegacia de Bauru. Os indígenas do Paraná passarão a ser atendidos pela Delegacia de Curitiba e os de São Paulo ficarão sob a jurisdição de Bauru. O coronel Guadalupe disse também que os recursos para os projetos agrícolas serão liberados só depois da desocupação da sede de Londrina.